

A Construção Social do Conceito de Identidade Profissional

Clara Santos

DA IDENTIDADE PESSOAL À IDENTIDADE SOCIAL

A questão da construção de perfis identitários como processo social constitui uma discussão fundamental no pensamento crítico contemporâneo, destacando-se um elevado número de sub-conceitos inerentes à teoria da identidade (auto-conceito, categorização, protótipos, estereótipos, representação social, entre outros). Um elemento permanece, no entanto, comum, na diversidade deste panorama crítico. A identidade, enquanto característica singular de um indivíduo que o distingue do outro, implica, paradoxalmente, uma dualidade: a identidade pessoal (ou a identidade para si) e a identidade para os outros. Esta dualidade não pode ser quebrada, uma vez que a identidade pessoal tem de ser reconhecida e confirmada pelos outros. Por outro lado, este processo não é estável, nem linear. Pelo contrário, apresenta-se complexo e dinâmico, na medida em que, em primeiro lugar, cada um de nós pode recusar uma identificação e se definir de outra forma e, por outro lado, sendo um processo construído socialmente, muda de acordo com as mutações sociais dos grupos de referência e de pertença a que estamos ligados, conforme estes alteram as suas expectativas, valores influentes e configurações identitárias.

EU E O OUTRO NA CONSATRUÇÃO DE MIM

Como resposta à questão fundamental ‘Quem sou eu?’, surgiram diversas explicações filosóficas e teológicas, ao longo da história, a maioria das quais, assumiam uma contraposição entre um princípio transcendental e a temporalidade humana. Referências canónicas deste dualismo são o pensamento de autores como Locke, Hume e Kant. No entanto, a maior parte dos teóricos actuais do auto-conceito presta maior atenção, em termos da genealogia dos conceitos críticos da teoria contemporânea, a autores como William James e interaccionistas simbólicos como Charles Horton Cooley e George Herbert Mead (Burns 1979). Foi a partir do pensamento seminal destes autores que se ensaiaram respostas para a questão também seminal da relação entre a existência pessoal e a sociedade. Em particular, através do desenvolvimento crítico, no âmbito das disciplinas de psicologia e de psicologia social, da análise do auto-conceito.

Para Feiring e Taska (1996), o auto-conceito é um sistema de auto-generalizações e esquemas derivados de experiências sociais passadas¹ e que inclui, simultaneamente, o self existencial e o self categorial. O primeiro refere-se ao conhecimento do self como distinto das outras pessoas e objectos, enquanto o segundo refere o self como objecto definido em relação com outras pessoas e objectos. Ao contrário do conceito de identidade social, as teorias do auto-conceito valorizam o conjunto das auto-percepções e as dinâmicas internas do indivíduo num contexto intrapsíquico. A persuasão crítica actual, no entanto, é que a constituição do auto-conceito somente é possível através da influência, especialmente, pelas avaliações dos outros significativos, reforços e atribuições para o seu comportamento (Santos, 1999). De acordo com este processo, os outros significativos comunicam-nos as suas opiniões e alteram a forma como nós nos encaramos.

Uma imagem associada ao conceito do self é a do ‘contentor’ (Gonçalves 1995), uma vez que este permite expressar o carácter individual do conceito e diferenciar o indivíduo da sociedade. Gonçalves (1995) explica que a utilização da metáfora do contentor permite precisar, terminologicamente, três níveis de definição. (i) O *carácter privado do self*, na medida em que possibilita a caracterização do sujeito de forma singular. (ii) A *natureza real do self*, presente na aparente omnipresença invisível do self que se encontra nos processos autobiográficos do indivíduo e, de igual modo, na memória e na percepção que os primeiros legam às estruturas cognitivas do sujeito. (iii) A

coerência interna do self, defendendo que a construção identitária do indivíduo deve basear-se em mecanismos de adaptação que, apesar de promoverem a diferença entre iguais, possibilitem uma harmonia interna onde possam existir o mínimo de contradições internas possíveis.

Este conceito do self tem sido, porém, contestado pela inobservância da influência social na construção do self individual, donde o carácter privado *'reforça uma metáfora egocêntrica, em que a ordem pessoal e social dependem do controlo pessoal, sendo as pessoas concebidas como estruturas equilibradas e centralizadas'*. (Gonçalves 1995: 98; itálico acrescentado).

AUTO-CONCEITO, IDENTIDADE E IDENTIDADE SOCIAL

George Mead (1934) utilizando a análise de Cooley e inaugurando uma tradição crítica do pensamento social, abordou, no entanto, com maior consistência crítica, o papel da interacção social na elaboração do auto-conceito, designadamente através do uso da linguagem. Para Mead, o self é uma estrutura social que resulta da experiência social e que, uma vez formado, pode fornecer experiências sociais para ele próprio. O princípio analítico dos trabalhos de Cooley e Mead é que o indivíduo constrói o seu auto-conceito, através das suas percepções sobre a forma como os outros significativos o vêem. De acordo com este processo, os outros significativos comunicam-nos as suas opiniões e alteram a forma como nós nos encaramos, através da comunicação directa dos seus próprios padrões ou, indirectamente, através do seu próprio desempenho que afecta os padrões de comparação social. (Santos 1999). Na minha leitura, encontramos, neste contexto teórico, algumas semelhanças com a definição da identidade social concebida por Tajfel (1978). O autor concebe a identidade social como uma parte do auto-conceito derivado dos membros de um grupo social de referência e do valor atribuído por esses mesmos elementos ao conceito em análise. Neste sentido, o processo de identidade é um processo dinâmico de interacção entre, por um lado, as características individuais, consciência e os construtos organizados do sujeito e, por outro, as estruturas físicas e sociais e os processos de influência que constituem o contexto social. A construção da identidade pessoal aparece, assim, definida como um locus de influência psico e sociocultural que recebe e organiza as diversas mensagens transmitidas pelos diversos contextos e suas sobreposições.

De acordo com Giddens (1997), no entanto, não nos podemos satisfazer, teoricamente, com a dicotomia de Mead entre 'eu' e 'mim'. Neste modelo, o 'mim' corresponde a uma identidade de base social e o 'eu' corresponde a uma matriz inata fruto dos mecanismos psicológicos do desenvolvimento da criança, em resposta ao contexto social. A identidade exige, segundo o criticismo de Giddens, um processo reflexivo da pessoa em termos da sua biografia e implica uma continuidade temporal e coerência na 'continuidade da sua narrativa histórica', pela qual o indivíduo é responsável. Segundo este autor, a identidade é, simultaneamente, robusta e frágil. Frágil, porque a biografia que o indivíduo mantém, reflexivamente, em mente é apenas uma 'história' entre muitas outras histórias potenciais que podiam ser contadas e incorporadas de outra forma. Robusta, porque o sentimento de identidade é, com frequência, mantido de forma segura, capaz de resistir a tensões e transições nos ambientes sociais em que o sujeito se move. Ou seja, a reflexividade da identidade é contínua, na medida em que exige movimentos permanentes de reformulação e depende dos esforços reconstrutivos em que o indivíduo se empenha.

Para Dubar (1997), George Mead foi o primeiro autor a descrever, de forma coerente e argumentada, a socialização como construção de uma identidade. De acordo com o autor, os argumentos de base social utilizados por Mead na conceptualização do eu (ou do self, na terminologia do próprio Mead) têm o mérito de colocar o 'agir comunicacional' (e não instrumental) no centro da socialização, nomeadamente nas relações que se instalam entre os socializadores e os socializados. Por sua vez, Craib (1998), no que respeita à construção social da identidade, prefere manter o termo self, uma vez que este incorpora muitos outros conceitos, tais como, sujeito, subjectividade, agente, acção e identidade, considerando a identidade do self fortemente ligada ao conceito de experiência.

O aspecto 'social' da identidade é, assim, caracterizado por Craib como reducionista. A identidade social enquanto processo (e não como uma 'coisa') é uma negociação permanente com aqueles que nos rodeiam, fruto de acordos e desacordos, numa mudança aberta e que organiza as nossas relações com os outros. No entanto, é necessário ter em linha de conta a matriz, a identidade, o cunho pessoal que define a individualidade do sujeito, sendo como tal efêmera, pode ir e vir, permanecendo, todavia a identidade individual que é a base onde todas as identidades sociais enraízam. Neste sentido e utilizando o esquema de Craib, posso ser simultaneamente professora do ensino

superior, assistente social, esposa, mãe, membro de uma associação ou de um partido político. Uma destas identidades pode desaparecer, tendo perdido uma identidade, mas não a minha identidade. Identidade pessoal não é a mesma coisa que identidade social. Em sintonia com a tradição crítica de George Mead, Craib defende a dialética 'eu' e 'mim'. Se o indivíduo for só 'eu', não se encontra envolvido em nenhuma relação social. Se for só 'mim', então, é um objecto inanimado definido pelos outros. Nenhuma das situações pode, unilateralmente, dar uma imagem real da identidade do sujeito.

Tomando em consideração os argumentos de Craib, a minha perspectiva é que este autor apresenta uma imagem demasiado compartimentada e simplificada do processo de construção identitária, remetendo para a inevitabilidade e a inalterabilidade ao longo do percurso de vida do indivíduo e demarcando o indivíduo de responsabilidades em termos de reconstrução e negociações identitárias. Com certeza, faz sentido que existam na base da construção do self traços comuns e duradouros que. Eventualmente, não se modificam em qualquer situação de interacção e exigência social ou de papéis. No entanto, penso que é no mundo social que a nossa identidade, em última instância, se configura e prevalece.

A identidade assume-se, assim, não como uma coisa, mas como um processo onde o reconhecimento, a valorização, a confirmação ou desconfirmação dos outros nos impele a uma negociação interna (subjectiva) ou externa (objectiva) nas configurações identitárias que assumimos. A perda de determinada identidade social, como, por exemplo, a identidade profissional (ser professora e assistente social), terá repercussões irremediáveis em termos da minha concepção de mim e dos outros, impelindo-me a construir uma nova história de vida, novas relações sociais e influenciando a base ou matriz da minha individualidade. Forçosamente, certas características permanecerão, mas outras surgirão e outras, ainda, desaparecerão para sempre. O 'eu' que conhecia até então desapareceria e daria lugar a um outro. E desaparecia, igualmente, uma parte importante das minhas relações sociais, nomeadamente de alguns grupos de pertença e de referência. Se o meu percurso biográfico implicasse uma mudança profissional extrema, teria que me integrar em novos grupos, desempenhar novos papéis, incorporar novas histórias e reformulá-las à luz de novos contextos que implicariam uma reconstrução de identidade.

'A identidade humana não é dada, no acto do nascimento. Constrói-se na infância e deve re-construir-se sempre ao longo da vida'

(Dubar 1997: 13; *itálico acrescentado*). Esta afirmação resume a tese que Dubar expõe em relação ao argumento crítico de Craib (1998), defendendo que a identidade é um processo socialmente construído e um processo simultaneamente inacabado. O indivíduo socializa-se na sua trajectória pelo mundo, incorporando normas e valores, princípios e comportamentos que lhe permitam, em última instância, uma congruência com a matriz identitária herdada (fruto do processo de socialização primária) e facilitem, simultaneamente, a sua integração social.

Na sua génese, a identidade social pressupõe a coexistência de dois processos. a) O processo de assimilação-acomodação que, sendo, basicamente, um sistema de mudança, permite a absorção de novos elementos (atitudes, crenças, valores, comportamentos, etc) no sujeito estrutural, incorporando estes novos elementos e ajustando a estrutura identitária. (b) O processo de avaliação que permite dotar de significado a incorporação dos novos elementos na estrutura do sujeito (Breakwell 1980). Os dois processos são orientados por normas que ditam quais os dados considerados pertinentes, qual a forma de incorporação e quais as mudanças a considerar. As normas referidas baseiam-se, segundo o consenso teórico actual, em quatro princípios. (i) O princípio da auto-estima ou todos os sujeitos procuram manter uma relação estável entre as suas aspirações e a sua capacidade de realização. (ii) O princípio da continuidade, segundo o qual as modificações incorporadas no processo de construção identitária devem ser coerentes com o desenvolvimento da mesma identidade. (iii) O princípio da distinção, referindo que o sujeito reconhecerá os elementos únicos da sua identidade. (iv) O princípio da eficácia ou o sujeito tentará manter uma estrutura identitária caracterizada pela competência e pelo controle em termos sociais. A noção de identidade parece responder, então, a um duplo desejo. O desejo da singularidade e, concomitantemente, a necessidade de participação do indivíduo nos ideais e modelos considerados positivos para determinado grupo.

O mesmo processo aparece na construção do self e abrange três pilares. (1) A auto-avaliação. (2) As avaliações que os outros significativos fazem de mim. (3) A percepção que eu tenho dessas avaliações. Destes três pilares podem derivar três postulados. (i) As avaliações realizadas pelos outros significativos afectam as avaliações apercebidas. (ii) Essas avaliações apercebidas afectam as auto-avaliações. (iii) As avaliações que os outros fazem afectam indirectamente as auto-avaliações (Felson 1993). Neste sentido, ao contrário das teo-

rias de identidade social, a teoria do auto-conceito parece implicar, sistematicamente, um juízo de valor que dá significado aos actos e à auto-imagem do sujeito, conduzindo-o a um processo de permanente re-construção.

A identidade social, nomeadamente no trabalho analítico de Dubar e de Blin, é menos o problema da apropriação do outro, enquanto sujeito individual, apontando sobretudo para a importância das dinâmicas sociais e da influência dos diversos contextos sociais. Neste processo, é muito influente o papel dos grupos de pertença e de referência, na categorização social de perfis identitários e que permitem não só a construção da singularidade do indivíduo, mas também a sua inserção num grupo social específico. O cânone crítico, portanto, é que é sempre no contexto de um mundo social que se desenvolve o nosso sentimento de pertença.

Neste sentido, Camilieri e al. (1999) acrescentam que os indivíduos e os grupos possuem determinadas capacidades de acção – isto é, possuem estratégias identitárias – que lhes permitem escolher o seu grupo de pertença e de referência e, por outro lado, resolver as clivagens e os conflitos, face às contradições institucionais e grupais ou o antagonismo entre marcos de referência incompatíveis. Desta forma, aqueles autores definem estas estratégias identitárias como *‘os procedimentos utilizados (de forma consciente ou inconsciente) para atender uma ou várias finalidades (definidas explicitamente ou situando-se ao nível do inconsciente), procedimentos elaborados em função da situação de interacção, ou seja, em função de determinados contextos (sócio-históricos, culturais, psicológicos) dessa situação’* (Camilieri e al.1999: 24; itálico acrescentado)

Estas competências inatas, por assim dizer, salvaguardam a identidade individual, mas, simultaneamente, permitem a participação do sujeito no mundo social através da sua identificação ao outro e pela possibilidade de ser identificado pelo outro, não só pela sua singularidade, mas essencialmente pelos aspectos que partilham, vivem e sentem em comum. A dinâmica do processo identitário revê-se, deste modo, na interacção social e cultural (Lipianski 1998) e como tal resulta do *processo de socialização* dos indivíduos através das várias experiências sociais e biográficas que vivenciam. A socialização é, portanto, um processo inacabado, permanente e interactivo, implicando um diálogo multidireccional entre os socializadores² e o socializado, exigindo renegociações permanentes de acordo com a ordem temporal, as circunstâncias e os contextos de acção, bem como de acordo com o percurso de vida do socializado. Dubar, na linha de

pensamento piagetiano, caracteriza o processo de socialização como uma ‘construção lenta e gradual de um código simbólico’ (Dubar 1997: 32) que permitirá obter uma representação do mundo para cada indivíduo e da identidade que cada indivíduo quer assumir nesse mundo por si representado.

A socialização é, neste ponto de vista, um processo de construção identitária amplificado não só pela família ou pela escola, mas, de igual modo, pelo indivíduo que negocia e reinterpreta os vários sistemas tipificados, opções de conduta, ambivalências em sentimentos de pertença e referência, definindo uma identidade pessoal e uma forma singular de se mover e ler a realidade social.³ A identidade social não é senão o *‘resultado por vezes estável e provisório, individual e colectivo, subjectivo e objectivo, biográfico e estrutural, de diversos processo de socialização que, conjuntamente constroem os indivíduos e definem as instituições’* (Dubar 2000: 109; itálico acrescentado).

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL

Para Habermas (1987), a construção da identidade não pode ser dissociada de dois sistemas estruturantes: a actividade instrumental (processos de trabalho, finalidades económicas, etc.) e a actividade comunicacional (a interacção entre os indivíduos). A raiz da identidade e da ‘institucionalização do reconhecimento’ nas sociedades modernas assenta na esfera ampla do trabalho e não pode ser deduzida, meramente, dos mecanismos de produção e das relações profissionais. Não obstante, a abordagem de Habermas é, porém, reducionista na concepção do processo identitário, podendo cair no radicalismo da configuração da identidade do sujeito unicamente pelo estatuto de emprego, níveis de qualificação ou pertença a determinada organização.

Representação do Processo de Socialização segundo Habermas

Categorias	Mundo Objectivo	Mundo Subjectivo	Mundo Social
Mediações entre sujeito e Objecto	Dialéctica do Trabalho	Dialéctica da Representação	Dialéctica da interacção
Categorias	Utensílios	Símbolos	Relações
Categorias	Actividade Instrumental		Actividade Comunicacional
Identidade da Consciência (momentos da identidade)	Consciência manhosa (identidade Reivindicada)	Consciência da denominação (Identidade Representada)	Consciência reconhecida (identidade Reconhecida)
Instrumentos da Socialização	Regras Técnicas	Esquemas Cognitivos	Normas Jurídicas
Processo	Exteriorização Apropriação	Cisão/Alienação Reconciliação	
Esfera	Produção	Linguagem	Comunicações

Fonte: Dubar 1997: 85.

A questão teoricamente importante que interessa reter é que, na concepção identitária, os aparelhos de socialização tanto primária, como secundária, são fundamentais para a construção de uma identidade autónoma, assumindo que a identidade profissional é uma componente importante da identidade social do indivíduo e fazendo, de seguida, uma análise dos processos inerentes à construção das identidades profissionais.

As primeiras análises relativas à construção da identidade de uma determinada profissão baseavam-se, essencialmente, no seu aspecto funcional e instrumental. As competências necessárias ao desempenho de uma tarefa profissional, descritas em referência a um quadro institucional ou organizacional específico, pareciam suficientes para a sua descrição nominativa e a respectiva categorização, em termos sociais e profissionais. Desta forma, uma profissão era caracterizada por referência a competências oriundas de áreas específicas de conhecimento, a partir das quais os indivíduos se reconhecem. A este respeito, Blin (1997: 24) coloca as seguintes questões ‘Como são as múltiplas identidades mobilizadas nas situações de trabalho e como são elas construídas pelos indivíduos? Como é que os grupos, no meio de um mesmo colectivo profissional, se diferenciam?’. A resposta do autor é que estes problemas fundamentam-se no sistema de acção profissional ou, por outras palavras, baseiam-se no reconhecimento e na visibilidade social que permite o reconhecimento

identitário quer pelo mesmo grupo de profissionais, quer ainda por outros grupos de profissionais que dele se distinguem. O sistema da acção profissional é fundamentado na existência de um *referencial comum* no campo profissional, permitindo ao trabalhador dispor de um sistema de informações, um campo representativo que lhe permite, pelos conteúdos que nele existem, orientar a sua actividade. Este denominador é comum e partilhado, de forma explícita e implícita, por um conjunto de elementos que pertencem ao mesmo contexto profissional e baseiam-se neste para comunicar, tocar informações, reconhecer e agir. (Leplat cit. in Blin 1997).

Os traços característicos deste *referencial comum* são:

1. A existência de uma linguagem característica e específica a situações concretas do campo profissional e que só neste têm sentido;
2. No entanto, o referencial comum nem sempre coincide com o referencial de cada elemento. Quando se verifica dissonância na representação atribuída, o referencial servirá de modelo de conduta profissional, funcionando como um guia implícito que determinará a conduta individual.
3. O referencial comum engloba o conjunto de regras oficiais, na medida em que integra o conjunto dos conhecimentos e dos procedimentos colectivos adquiridos ao longo da experiência.

Desta forma, a cultura profissional assenta num código interno criado através da interacção social entre todos os actores do campo profissional, permitindo-lhes desenvolver uma identidade própria do seu grupo profissional. A este nível, o reconhecimento social é elaborado na acção e na comunicação profissional e estas são especificadas pelos contextos de intervenção, pelos actores significantes e pelos objectos da prática profissional. Isto significa, portanto, que uma parte importante da identidade profissional se constrói pela experiência, isto é, no exercício concreto da prática profissional em interacção permanente com outros profissionais e forjada na diversidade de 'acordos' e 'desacordos' entre a identidade virtual (proposta ou imposta pelo outro) e a identidade real, interiorizada pelo indivíduo.

Dubar (2000) acrescenta que o grupo profissional é portador, verdadeiramente, de uma identidade colectiva⁴. O grupo profissional existe como um actor social real, criado num sistema de acção concreta que se produz e re-produz, permanentemente, de acordo com os condicionalismos históricos, culturais e diacronicamente determinantes. A organização, enquanto contexto de emergência identitária, tem, indiscutivelmente, um peso preponderante, na medida em que integra um conjunto de conhecimentos sócio-técnicos que se sobrepõem e diferenciam dos saberes escolares e é descrita, por aquele autor, como ‘uma unidade complexa de aprendizagem’ (Dubar 2000: 213), contribuindo para a estruturação da identidade profissional organizacional e o reforço do sentimento de pertença. Este sentimento de pertença será mais reforçado quanto maior for a identidade colectiva e relacional do indivíduo, implicando a sua participação em actividades colectivas formais e informais que lhe permitem obter uma representação social de si mais favorável, face ao grupo de trabalho de referência ou, mesmo, às chefias. Esta identidade no trabalho pretende-se, assim, que seja gratificante e segura, facilitando o processo de introspecção e apropriação dos modelos e valores da organização ou do campo profissional e, por outro lado, permitindo ao indivíduo identificar-se, produtivamente, como um dos elementos do grupo.

De acordo com Sainsaulieu (1977), para que o processo de apropriação do modelo identitário presente no trabalho possa ser apropriado pelo sujeito, é necessária a existência de três condições: uma *condição afectiva* (identificamo-nos mais com o modelo que nos é mais gratificante); uma *condição de similitude* (a identificação é facilitada pela presença de elementos comuns entre o sujeito e o modelo); uma *condição de poder* (a identificação revela-se mais importante, se o modelo possuir prestígio). Desta forma, o poder, o prestígio e a competência serão essenciais no processo de identificação do sujeito ao trabalho. No contexto do campo de interacção profissional, Sainsaulieu (1977: 392) propôs cinco perfis identitários, tendo em conta três dimensões de análise: o campo de investimento, as normas de comportamento e os valores subjacentes ao trabalho.

Perfis Dimensões	Perfil negociador	Perfil Promocional	Perfil Refúgio	Perfil Fusão	Perfil Afinidade
Campo de Investimento	Grande investimento no trabalho como forma de poder	Grande investimento no trabalho como forma de poder	Acesso ao poder fora do trabalho	Intermédio	Grande
(acesso ao poder)	Solidariedade e rivalidades democráticas	Integração e Submissão	Individualismo	Não tem acesso ao poder em nenhum dos campos	Investimento no trabalho
Normas de comportamento	Criatividade	Misto de todos os valores	Económico	Unanimismo	Separatismo

Fonte: Sainsaulieu 1977: 392.

Entre estas configurações identitárias, Sainsaulieu distingue ainda cinco categorias associadas a grupos profissionais:

- 1) Os operários profissionais, quadros médios e superiores são associados às normas democráticas e aos valores do ofício ou da criação, em conformidade com o modelo de negociação.
- 2) Os mestres e quadros subalternos são definidos pela norma da integração/ submissão e, como tal, encontram-se em conformidade com o modelo promocional.
- 3) Mulheres, imigrados, empregados jovens são associados ao modelo de refúgio e ao valor económico dominante (o salário) consonantes com o mesmo modelo de refúgio.
- 4) Homens, velhos, empregados antigos são definidos pela norma e pelo unanismo e referenciados aos valores da regra e do estatuto, em conformidade com o modelo de fusão.
- 5) Operários, novos profissionais, agentes técnicos e pessoal não estável são identificados com as normas e os valores do modelo de afinidade.

Utilizando os critérios dialécticos individuais/colectivo e aliança/oposição, Dubar (1997) propõe uma nova organização do conteúdo das configurações identitárias definidas por Sainsaulieu:

- 1) A identidade de refúgio combina a preferência individual com a estratégia de oposição.
- 2) A identidade de fusão combina a preferência colectiva com a estratégia da aliança.
- 3) A identidade negociadora alia a polarização no colectivo com uma estratégia de oposição.
- 4) A identidade de afinidade alia a preferência individual com uma estratégia de aliança.

Neste sentido, parece que o modelo promocional não tem, para Sainsaulieu, uma identidade verdadeiramente típica, uma vez que os seus membros investem no campo do trabalho da mesma forma que

os negociadores, ou dito de outra forma, possuem os mesmos valores que os outros perfis e só se distinguem pelo modo de relação. Sainsallieu diverge, assim, de Dubar não atribuindo à componente relacional uma importância equitativa, face às outras dimensões de análise, para a construção de uma configuração identitária.

A construção de perfis identitárias (ou formas identitárias ou, ainda, configurações identitárias) é um aspecto analítico crucial na obra dos diversos autores que se têm debruçado sobre a questão da identidade profissional (Sainsaullieu, Dubar, Blin, Rosa, Doise, entre outros). O contexto organizacional é uma arena para a operacionalização do processo de identidade profissional e do processo de construção de perfis identitários, permite uma função última: a tipificação. A tipificação está relacionada com o movimento da categorização social, demarcando o espaço identitário onde cada sujeito pertence (distinguindo-o dos demais) e fornecendo, simultaneamente, uma definição, ou uma auto-definição, que é parte inerente do auto-conceito. A categorização não é, assim, somente descritiva ou prescritiva, mas é, igualmente, avaliativa. Ou seja, fornece uma avaliação (normalmente partilhada ou consensual) de uma categoria social e dos seus membros, face ou em contraposição a outras categorias sociais relevantes.

Devido ao aspecto avaliativo, os grupos e os seus elementos são motivados a adoptar estratégias comportamentais para alcançar ou manter, no interior do grupo ou intergrupos, comparações que favorecem demarcações de identidade de referência e, conseqüentemente, do self (Hogg e Terry 2000). A categorização social do sujeito e dos outros reduz a incerteza dos indivíduos sobre si próprios e sobre a alteridade dos outros e normaliza a forma como podem e devem comportar-se em contextos sociais específicos.

Em suma, a utilização de formas identitárias entendidas como 'sistemas de significado particularmente típicas que estruturam as narrativas biográficas e permitem esquematizar as configurações relacionais sociais, tendo em conta a pluralidade de formas/configurações identitárias de acordo com o tempo e o contexto' (Dubar 1998: 9) têm sempre o mesmo objectivo: a identificação do eu, distinguindo-o do outro. Dubar apresenta, igualmente, quatro formas identitárias profissionais distinguindo, num primeiro momento, e à semelhança de Blin, a noção de identidade colectiva e identidade individual. A identidade colectiva implica a presença do sujeito num grupo principal, considerando-o como a sua identidade essencial, e é, segundo o mesmo autor, composta por cinco dimensões interdependentes. 1) é sub-

jectivamente partilhada e apercebida pelos membros do grupo; 2) resulta da consciência de pertença ao grupo; 3) define-se pela oposição e pela diferença dos outros; 4) retrata um conjunto de representações onde se opõem traços positivos com traços negativos. Finalmente, 5) as atitudes exprimem um discurso relevante para os elementos do grupo. Por outro lado, estes grupos sociais estão, frequentemente, relacionados com estereótipos que se concebe como um atributo colectivo a uma determinada característica num determinado grupo, permitindo reconhecer os elementos do grupo e reconhecer o sujeito como pertencendo a essa identidade colectiva.

As formas identitárias profissionais propostas por Dubar exploram três dimensões de análise: o mundo vivido do trabalho; a trajetória sócio-profissional e a formação. Cada configuração resulta de uma dupla transacção. Uma transacção entre o indivíduo e a instituição (nomeadamente, no campo profissional) e, por outro lado, entre o indivíduo e o seu passado. As formas identitárias, descritas no quadro seguinte, são produzidas pela articulação entre uma identidade virtual atribuída pelo outro e uma identidade real para si, construída pela sua trajetória.

Configurações identitárias no Campo Profissional

Configurações Eixos	Executante Estável Ameaçado	Identidade Bloqueada	Modelo Carreirista	Modelo Afinitário
Identidade para o Outro	Exclusão fora do modelo de competência	Operador polivalente e gestor	Evolução na e pela empresa	Assalariados que trazem problemas
Identidade Biográfica de si	Saberes Práticos e estabilidade no emprego	Diplomas Técnicos e carreiras de Ofício	Evolução profissional e formação interna contínua	Contra mobilidade Social
Identidade Relacional de Si	Dependência do Chefe e trabalho instrumental	Reconhecimento suspenso e conflito latente	Reconhecimento Recíproco e mobilização no trabalho	Postura Crítica e oportunista
Saberes	Saberes práticos	Articulação entre saberes práticos e técnicos	Saberes Organizacionais	Saberes Teóricos
Identities	Identidade de fora-trabalho	Identidade de Ofício	Identidade de Empresa	Identidade de Rede

Fonte: Dubar , 1997.

A construção da identidade no campo profissional é, por outro lado, representada por Dubar como a interacção entre dois movimentos: o movimento da continuidade ou o movimento da ruptura. As identidades construídas no modo de continuidade implicam um espaço potencialmente unificado de realização, um sistema profissional onde os sujeitos seguem percursos contínuos projectados numa sucessão e qualificações que implicam e exigem o reconhecimento das suas competências de forma a validar imagem de si. Por sua vez, as identidades construídas no movimento de ruptura implicam, ao contrário, uma dualidade entre os dois espaços, designadamente, o espaço das crenças pessoais e o espaço das aspirações profissionais. No entanto, este último processo confere, frequentemente, a possibilidade da construção de uma nova identidade que conjugue os momentos anteriores. A transacção objectiva inicia um processo que pode ser ou de reconhecimento social ou, ao contrário, de não reconhecimento. No primeiro caso, os grupos significantes ao sujeito legitimam os seus saberes e as suas competências. No segundo, as pretensões ao reconhecimento não são adquiridas, no desacordo produzido entre as identidades virtuais e as identidades reais (Dubar 2000; Rosa 1998).

Mais uma vez, se observa que as duas transacções são relativamente interdependentes, mas, necessariamente, articuladas. Ou seja, logo que a transacção subjectiva se estabeleça sobre a base da ruptura, os dois mecanismos de transacção objectiva são possíveis.

CONTRIBUTOS DA EXPERIÊNCIA CONTEMPORÂNEA PARA A CONCEPTUALIZAÇÃO DA IDENTIDADE

As implicações da nova ordem social que caracterizam o período histórico, cultural e científico da pós-modernidade teve fundamentais repercussões ao nível da organização social, nomeadamente naquilo a que Giddens (1997) designa pela emergência de novas organizações institucionais que, influenciando, de forma directa, a vida pessoal e social do indivíduo, influenciam consequentemente as estruturas que moldam a auto-identidade e a identidade pessoal do sujeito. As novas organizações institucionais distinguem-se das instituições ligadas ao industrialismo e ao capitalismo (dimensões distintas da era moderna), não implicando nem relações sociais, nem sistemas de produção de bens ou mercadorias, mas um papel desenvolvido pelo novo crescimento do poder organizacional numa sociedade global.

A ‘modernidade tardia’ – a expressão com que Giddens designa o contexto de mudança que outros autores popularizaram com o termo ‘pós-modernidade’ – é caracterizada por Giddens (1997) como um período de grande cepticismo e ambiguidade em relação ao conhecimento científico⁵, concebido de formas contraditórias. Benéfico, face às possibilidades que parece oferecer ao desenvolvimento humano, mas, igualmente, ameaçador, face aos novos parâmetros de risco e de perigo que, em última instância, podem colocar em causa a sobrevivência da humanidade. Como exemplo, o autor refere a fragilidade ecológica do planeta Terra, a energia nuclear e ainda fenómenos sociais como o desemprego, a pobreza e a crise do estado-nação, problemas que fragilizam o presente e o futuro da condição humana.

A construção da identidade pessoal é fortemente moldada pelas instituições da cadeia de mudança contemporânea Giddens (1989), nesta perspectiva, procura delimitar os contornos do conceito de identidade, tendo em conta a complexidade social e a multidimensionalidade dos factores da identidade como um processo socialmente construído e participado, aproximando-se da perspectiva sistémica do construtivismo social.

O CONSTRUTIVISMO SOCIAL

Piaget pode ser considerado um dos primeiros teóricos a definir o processo de socialização da criança de uma forma construtivista. Em ‘Six Études de Psychologie’ (1984), resume esse processo, através de quatro transformações ou processos de passagem: (i) Passagem do respeito absoluto aos pais para o respeito mútuo criança/adulto e criança/pares. (ii) Passagem da obediência personalizada ao sentimento da regra. Esta, assume a expressão de um acordo mútuo. (iii) Passagem da heteronomia à autonomia recíproca. (iv) Passagem à vontade activa. No fim do processo de socialização, os valores morais organizam-se, constituindo-se em estruturas internas autónomas, baseadas nos valores inculcados pela sociedade onde a criança se encontra inserida. Encontramos aqui o núcleo duro da concepção Piagetiana da socialização: a reciprocidade entre estruturas mentais e estruturas sociais (Dubar 1997).

A estrutura apresenta-se, assim, como um conjunto de ‘regras e recursos ou conjuntos de relações de transformação organizadas como propriedades dos sistemas’ (Giddens 1989) e implicando uma interacção social. A participação em diferentes papéis, estruturas e con-

textos sociais implicam, por sua vez, a existência de uma identidade multidimensional que permita responder às exigências de cada contexto ou sistema de interacção. Esta multiplicidade de ‘eus’ é também resultado da forma como nos conceptualizamos e as diferentes hetero-conceptualizações de nós próprios (Gonçalves 1995). Desta forma, cada geração precisa socializar-se a si própria, tendo por base os modelos culturais transmitidos pela geração precedente. No entanto, este legado não é determinante, existindo uma relação de complementaridade entre a incorporação dos valores e modelos anteriores e a autonomia da vontade. Ou seja, observa-se a existência de um jogo dinâmico, uma construção sempre activa e interactiva de novas regras do ‘jogo’, de acordo com o processo de individualização da criança e de acordo, por outro lado, com as trocas sociais que esta vai experimentando, à medida que participa, mais intensamente, na vida social. A socialização torna-se, assim, cada vez mais voluntária. (Piaget 1984).

Nesta perspectiva, a socialização pode, por isso, ser definida como um processo descontínuo de construção colectiva de condutas sociais que integram, segundo Dubar (1997), três dimensões complementares: a) o aspecto cognitivo traduzindo-se em regras; b) o aspecto afectivo exprimindo-se em valores; c) o aspecto expressivo simbolizando-se em significados. Esta correlação estrutural, próxima do pensamento Piagetiano, assenta na interacção entre estruturas mentais e estruturas sociais. Ou seja, entre a socialização concebida como construção de formas de organização das actividades e, por outro lado, a socialização concebida como modo de desenvolvimento dos indivíduos. O social é, então conceptualizado como ‘objectivo’, ao nível das suas instituições e formas de organização, bem como ‘subjectivo’, ao nível das representações mentais e as interacções que os indivíduos incorporam e relacionam com a interacção que mantêm nos vários contextos onde se movem.

A exteriorização do subjectivo e a interiorização do objectivo é um tema clássico da filosofia de Hegel (1981), concebendo a socialização como um movimento de construção do mundo social, implicando uma relação entre o desenvolvimento do indivíduo, conducente a ‘identidades sociais’ e a uma estruturação dos sistemas sociais. Por sua vez, a questão do processo de socialização como um processo que nunca está terminado tornou-se um tema emblemático e influente do pensamento de Berger e Lukmann (1966), nomeadamente no que se refere à importância da socialização secundária no processo de construção identitária. A socialização secundária é definida, por aqueles

autores, como a 'interiorização de submundos institucionais especializados, bem como a aquisição de saberes específicos e de papéis directos ou indirectamente enraizados na divisão do trabalho' (Berger e Luckmann 1993: 189). A construção da socialização secundária pode ter duas direcções: (a) o simples prolongamento da socialização primária por uma socialização secundária, cujos conteúdos são consonantes; (b) a transformação da realidade construída aquando da socialização primária, colocando, à partida, um problema de consistência entre as interiorizações originais e as novas interiorizações.

Os aparelhos de socialização primária (a família e a escola, em particular) podem entrar em interacção problemática com os aparelhos de socialização secundária (organizações, profissões) provocando crises de legitimidade (Dubar 1997). As crises de legitimidade podem ser crises de crescimento e, como tal, conduzir à mudança social que, numa perspectiva construtivista, é compreendida como a construção de um mundo específico e de uma identidade especializada não coincidente com a reprodução social.

A mudança social aparece, portanto, inseparável da transformação da identidade, isto é, inseparável dos mundos construídos pelos indivíduos e pelas práticas que decorrem deste mundo, possibilitando a 'invenção de novos jogos, novas regras e de novos modelos relacionais' (Croizier 1977: 338 cit. in Dubar 1997). A dialéctica entre a identidade e a identidade profissional ocupa um lugar determinante na concepção do sujeito activo e responsável no seu mundo social e não pode, nesta perspectiva, ser analisada fora do mundo organizacional e das instituições onde as competências e as configurações profissionais garantem o significado da sociedade e do trabalho.

NOTAS

- 1 Este conceito é muito próximo da noção de identidades herdadas defendido por Claude Dubar e que refere a incorporação da identidade do indivíduo por ele próprio, num processo intimamente ligado às suas trajectórias pessoais e sociais.
- 2 A concepção de socialização defendida por Dubar (1997) relaciona-se, neste sentido, com a problemática da socialização política e assume as seguintes consequências:
 - a) A socialização pressupõe uma transacção entre o socializado e os socializadores que se reveste de inúmeras negociações, no seio dos vários sistemas que concorrem no processo socializatório.

- b) A socialização não é apenas uma transmissão (de normas, valores, códigos, conhecimentos), mas sobretudo o desenvolvimento de uma visão individual do mundo, onde o indivíduo assume o papel de protagonista e de responsável pelo seu próprio mundo.
- c) A socialização latente (aquela que não é, explicitamente, transmitida pelas instituições socializadoras) tem um papel fundamental na incorporação do mundo pelo indivíduo.
- d) A socialização é uma construção lenta e gradual que permite ao sujeito renegociar e apreender os vários significados do real.
- e) A socialização é um processo de pertença e de relação e, como tal é um processo de construção de identidade.
- 3 A teoria da socialização da criança desenvolvida por Piaget permitiu uma dupla ruptura face ao conceito tradicional de socialização. Por um lado, uma ruptura com a concepção de formação como uma transmissão rígida e unilateral de regras e valores, por parte das instituições aos indivíduos. Por outro, uma ruptura com a concepção linear da socialização sem interdependência e sem a noção de crise ou negociação que permite a cada criança a reinterpretação do que lhe é transmitido ou oferecido como modelo (Dubar 1997).
- 4 Blin (1997), a respeito da construção da identidade no trabalho, distingue dois processos. (i) Por um lado, aquele que privilegia as características individuais e que define a construção de si, a partir de uma absorção do social pelo individual. (ii) Por outro, aquele que privilegia as características colectivas e é definido pelo sentimento de pertença de um indivíduo a um grupo.
- 5 Giddens refere-se, em particular, ao cepticismo generalizado face à *razão providencial*, entendendo, por razão providencial, a ideia de que um conhecimento da natureza das coisas e dos factos leva a uma existência mais segura e gratificante para os seres humanos (1997:29).

REFERÊNCIAS

- Berger, Peter L; Luckmann, Thomas
1993 *A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Quotidiano*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Blin
1997 *Représentations, Pratiques et Identités Professionnelles*. Paris: L'Harmattan.

- Breakwell, J.
1980 *Social Identity and Social Representations. A link between.* (s.ed)
- 1992 *Papers on Social Representations.* Londres: Guilford.
- Burns, R.
1979 *The Self Concept: Theory, Measurement, Development and Behavior.* Harlow: Longman House.
- Camilieri, J. et al
1999 *Stratégies Identitaires.* Paris: PUF
- Cooley, C. H.
1902 *Human Nature and Social Order.* Nova Iorque: Charles Schribner's Sons.
- Craib, I.
1998 *Experiencing Identity.* Londres: Sage Publication.
- Dubar, C.
1997 *A Socialização. Construção das Identidades Sociais e Profissionais.* Porto: Porto Editora.
- 1998 'Usages sociaux et Sociologiques de la Notion d'Identité'. *Recherche Sociale* 147.
- 2000 *La Socialisation : Construction des Identités Sociales et Professionnelles.* Paris: Armand Colin.
- Feiring, C.; Taska, L.
1996 'Family Self-Concept: Ideas on its Meaning'. In *Handbook of Self-Concept.* Editado por K.A. Bracken. Nova Iorque: Wiley.
- Felson, R.B.
1993 'The (Somewhat) Social Self: How Others Affect Self-Appraisals'. In *Psychological Perspectives on the Self.* Volume IV. Editado por J. Suls. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Giddens, A.
1989 *A Constituição da Sociedade.* São Paulo: Martins Fontes.
- 1997 *Modernidade e Identidade Pessoal.* Oeiras : Celta.
- Gonçalves, M.
1995 *Auto Conhecimento e Acesso Introspectivo.* Braga: Serviço de Publicações do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.

- Habermas, J.
1987 *Théorie de l'Agir Communicationnel*. Paris: Fayard.
- Hegel, G.
1981 *La Philosophie de l'Esprit d'Iéna*. Trad. Jennenser Real Philosophie, Santlichte Werke, T. XIX.
- Hogg, M.; Terry, D.
2000 *Social Identity in Organizational Contexts*. Filadélfia: Psychology Press.
- James, W.
1890 *Principles of Psychology*. Nova Iorque: Holt.
- Lipiannski, L.
1998 Representations sociales et ideologies - analyse conceptuel in V. Aebischer et al. (orgs.) . Ideologies et representations sociales, Del Val, Fribourg.
- Mead, G.
1934 *Mind, Self and Society: From the Standpint of a Social Behaviourist*. Chicago: Chicago University Press.
- Piaget, J.
1984 *Six Études de Psychologie*. Paris: Gunthier.
- Rosa, M.
1998 *Relações Sociais de trabalho e Sindicalismo Operário em Setúbal*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- Sainssaulieu, R.
1977 *L'Identité au Travail*. Paris: Presse de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- Santos, M.
1999 'Relação com os Pares e Auto-Conceito'. Dissertação de Mestrado. Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.
- Tajfel, H
1978 *Differentiation Between Social Groups*. Nova Iorque: Academic Press.

A Construção Social do Conceito de Identidade Profissional**The Social Construction of the Concept of Professional Identity*****Sumário******Summary***

O conceito de identidade social combina as trajetórias pessoais e biográficas do indivíduo com a interação do indivíduo com os seus contextos sociais e profissionais significativos. Desta forma, a direcção teórica presente, acerca da construção e interpretação da identidade profissional, assenta numa dupla matriz: a importância das socializações secundárias no processo de construção da identidade social e, por outro lado, o reconhecimento da identidade pessoal e profissional como um processo subjectivo e socialmente inacabado.

The concept of social construction combines the personal and biographical trajectories of the individual with his or her interaction with significant social and professional contexts. In this way, the present theoretical direction on the construction and interpretation of professional identity is based on a double matrix: the importance of secondary socializations in the construction process of social identity and, on the other hand, the recognition of personal identity as a subjective and socially unfinished process.